Há avaliações que medem aquilo que um aluno conseguiu memorizar e outras que procuram compreender o que ele é capaz de fazer com o conhecimento adquirido. O PISA 2025 pertence a esta segunda categoria. Mais do que perguntar se um jovem sabe repetir uma fórmula, uma definição ou uma regra, procura perceber se consegue interpretar informação, formular explicações, avaliar evidências e resolver problemas semelhantes aos que encontrará fora da escola. Por isso, os seus resultados não devem ser lidos apenas como uma classificação entre países. Constituem um retrato, necessariamente incompleto, da forma como os sistemas educativos estão a preparar os jovens para compreender um mundo complexo e participar nele de maneira esclarecida.

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos, conhecido pela sigla PISA, é promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. A edição de 2025 foi a nona deste estudo internacional e envolveu mais de 760 mil alunos de 91 países e economias, representando aproximadamente 33 milhões de jovens com 15 anos. Em Portugal, participaram 6 945 alunos de 225 escolas, representativos de cerca de 97 400 jovens desta idade. A seleção é feita por amostragem, pelo que não se trata de uma prova realizada por todos os estudantes nem de um exame que determine a sua classificação escolar. O objetivo é avaliar o desempenho do sistema no seu conjunto e comparar resultados, contextos e tendências ao longo do tempo (OCDE, 2026a).

Na edição de 2025, as ciências constituíram a principal área avaliada, acompanhadas pela leitura e pela matemática. O enfoque científico não se limitou ao domínio de conteúdos escolares. Procurou compreender se os jovens conseguem explicar fenómenos, analisar investigações, interpretar dados e reconhecer como se produz conhecimento fiável. Estas capacidades são importantes para tomar decisões informadas sobre ambiente, alimentação, vacinação, alterações climáticas ou utilização de novas tecnologias. A OCDE (2026b) sublinha que a literacia científica permite ao cidadão relacionar evidência, conhecimento e ação. A escola não prepara apenas futuros cientistas; prepara pessoas que terão de distinguir uma afirmação sustentada de uma opinião apresentada com aparência de verdade.

Os resultados portugueses revelam uma posição próxima das médias internacionais, mas também sinais que exigem atenção. Os alunos portugueses obtiveram 482 pontos em ciências, um resultado semelhante à média da OCDE. Alcançaram 460 pontos em matemática, perante uma média internacional de 463, e 462 pontos em leitura, face aos 461 pontos registados no conjunto da OCDE. Estes valores isolados parecem indicar uma relativa

proximidade. Contudo, quando comparados com os resultados de 2022, mostram uma redução de três pontos em ciências, doze em matemática e quinze em leitura. A descida em ciências não foi estatisticamente significativa, mas as quebras observadas nas outras duas áreas acompanham uma tendência internacional preocupante, particularmente acentuada na leitura (OCDE, 2026a).

Ler estes números exige prudência. Uma diferença de poucos pontos não significa, automaticamente, que todas as escolas pioraram ou que os professores ensinam menos. O PISA avalia amostras de alunos diferentes em cada edição e os resultados são influenciados por múltiplos fatores. As consequências da pandemia, as alterações nos hábitos de estudo, a crescente presença dos ecrãs, as desigualdades familiares e as mudanças na relação dos jovens com a leitura podem contribuir para o desempenho observado. Ainda assim, ignorar uma tendência descendente seria desperdiçar a oportunidade de perceber onde se estão a acumular fragilidades.

A leitura merece uma atenção especial porque atravessa todas as disciplinas. Um aluno que tem dificuldade em compreender um enunciado poderá falhar um problema matemático mesmo conhecendo o procedimento necessário. Poderá também não identificar a ideia principal de um texto, não distinguir um facto de uma opinião ou não perceber as condições de uma experiência. Num ambiente digital saturado de mensagens curtas, vídeos rápidos e conteúdos selecionados por algoritmos, ler com profundidade tornou-se simultaneamente mais difícil e mais necessário. A queda de quinze pontos registada por Portugal entre 2022 e 2025 não deve conduzir a uma procura apressada de culpados, mas a uma resposta continuada que comece cedo, envolva todas as áreas curriculares e recupere o prazer de ler.

A matemática enfrenta um desafio semelhante. Saber calcular continua a ser importante, mas o PISA procura igualmente perceber se o aluno reconhece que operação deve realizar, interpreta um gráfico e consegue justificar uma escolha. A diminuição registada nesta área sugere que não basta aumentar a quantidade de exercícios repetitivos. É necessário trabalhar o raciocínio, permitir que os estudantes experimentem caminhos diferentes e mostrar como os números ajudam a compreender situações reais. O erro, quando analisado, pode tornar-se uma parte fértil da aprendizagem. Quando é apenas penalizado, ensina sobretudo o medo de tentar.

As desigualdades sociais atravessam estes resultados. Em Portugal, a condição económica,

social e cultural explicou aproximadamente 13% da variação do desempenho em ciências, acima da média de 12% observada na OCDE. Entre os alunos portugueses pertencentes ao quarto mais favorecido e os do quarto mais desfavorecido existiu uma diferença de 92 pontos, superior aos 84 pontos registados, em média, nos países da organização (OCDE, 2026a). Esta distância não significa que a origem determine inevitavelmente o destino de um aluno. Mostra, porém, que as condições de partida continuam a pesar demasiado no percurso escolar.

Uma casa com livros, silêncio, ligação à internet e adultos disponíveis para ajudar oferece possibilidades diferentes das encontradas por um jovem que partilha um espaço reduzido, trabalha, cuida de familiares ou não dispõe de apoio quando surgem dificuldades. A escola não consegue eliminar todas estas desigualdades, mas pode evitar reproduzi-las. Identificar precocemente dificuldades na leitura, assegurar acompanhamento, garantir acesso a materiais e manter expectativas elevadas para todos são medidas capazes de alterar percursos. A justiça educativa não consiste em oferecer exatamente o mesmo a cada estudante, mas em proporcionar a cada um o apoio necessário para aprender.

O PISA 2025 abriu ainda uma janela para uma questão central do nosso tempo: aprender num mundo digital. Pela primeira vez, incluiu uma área destinada a avaliar a resolução computacional de problemas e a capacidade do aluno de orientar a própria aprendizagem num ambiente tecnológico. Os resultados completos desta componente serão publicados em 2027. A avaliação procura perceber se o jovem define objetivos, procura recursos, acompanha o seu progresso e altera a estratégia quando encontra dificuldades (OCDE, 2026c). É uma mudança relevante: ter acesso a um dispositivo não equivale a saber aprender com ele.

A presença crescente da inteligência artificial torna esta distinção ainda mais importante. Uma ferramenta pode resumir um texto, propor uma resposta ou resolver uma equação, mas o estudante precisa de avaliar se o resultado está correto, identificar omissões e reconhecer quando não possui conhecimentos suficientes para confirmar o que recebeu. A Comissão Europeia (2026a) defende que a literacia em inteligência artificial deve ajudar os jovens a compreender o funcionamento, as possibilidades, os limites e as implicações destas ferramentas. As orientações europeias atualizadas recomendam uma utilização ética e crítica dos dados e da inteligência artificial na educação, acompanhada pela preparação dos docentes (Comissão Europeia, 2026b).

A tecnologia não deve substituir o esforço intelectual que permite desenvolver autonomia. Se um aluno recebe sempre a resposta antes de formular uma hipótese, poderá concluir a tarefa sem construir o raciocínio. Por outro lado, quando utilizada com orientação, pode oferecer simulações, feedback e caminhos adaptados a diferentes ritmos. A questão essencial não é escolher entre utilizar ou proibir, mas definir quando, como e com que finalidade cada recurso entra na aprendizagem. A formação dos professores e a existência de critérios claros tornam-se, por isso, indispensáveis.

Também seria injusto transformar os resultados do PISA numa avaliação individual do trabalho docente. Os professores recebem nas salas de aula problemas que se formaram muito antes: desigualdades, dificuldades familiares, falta de sono, ansiedade, absentismo e perda de sentido atribuída à escola. Precisam de condições para colaborar, analisar evidências e acompanhar os estudantes sem que cada dificuldade se converta em mais uma tarefa administrativa. Melhorar resultados exige continuidade, tempo e coerência entre o que se pretende ensinar, o que se pratica e aquilo que se avalia.

As famílias também participam neste percurso, mesmo quando não dominam os conteúdos escolares. Perguntar o que o jovem aprendeu, incentivar uma rotina de leitura, conversar sobre uma notícia ou valorizar o esforço são gestos que ajudam a construir interesse. A responsabilidade, contudo, não pode ser transferida integralmente para famílias com recursos e disponibilidades muito diferentes. Cabe ao sistema assegurar que nenhum aluno dependa exclusivamente da capacidade dos pais para obter explicações ou materiais.

O PISA 2025 não fornece uma receita pronta para Portugal. Oferece sinais. Mostra um desempenho próximo das médias da OCDE, uma resistência relativa nas ciências, uma quebra importante na leitura e na matemática e desigualdades sociais que continuam a marcar os resultados. Mostra também que o futuro da educação não pode ser reduzido à quantidade de equipamentos existentes nas escolas. Este futuro dependerá da capacidade de formar jovens que saibam ler devagar num mundo acelerado, raciocinar perante respostas imediatas, verificar informação e continuar a aprender quando o problema ainda não tem uma solução conhecida.

Talvez o principal contributo do PISA seja obrigar-nos a olhar para além da posição ocupada numa tabela. A pergunta mais importante não é apenas se Portugal subiu ou desceu, mas o que os jovens portugueses conseguem compreender, fazer e imaginar com aquilo que

aprenderam. Os resultados devem servir para unir escolas, famílias, investigadores e decisores em torno de um compromisso duradouro. Uma sociedade que ensina os seus jovens a perguntar, verificar e pensar não os prepara somente para uma prova internacional. Prepara-os para escolher com liberdade e participar responsavelmente na construção do futuro.

Referências Bibliográficas

Comissão Europeia. (2026a, 18 de junho). New AI literacy framework helps schools prepare learners for an AI-shaped world. European Education Area. https://education.ec.europa.eu/node/3537

Comissão Europeia. (2026b, 9 de junho). Guidelines on the ethical use of artificial intelligence and data in teaching and learning for educators. European Education Area. https://education.ec.europa.eu/focus-topics/digital-education/actions/plan/ethical-guidelines-for-educators-on-using-artificial-intelligence

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2026a). PISA 2025 results (Volume I): Future-ready students. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/73451bc5-en

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2026b). PISA 2025 assessment and analytical framework. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/86c36975-en

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2026c). PISA 2025: Learning in the digital world. https://www.oecd.org/en/topics/sub-issues/learning-in-the-digital-world/pisa-2025-learning-in-the-digital-world.html

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2025). Seven questions about creativity and creative thinking. OECD Publishing.